



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - DESAPARECIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Reunião Ordinária/ Audiência Pública	Nº: 1621/09	DATA: 29/09/2009
INÍCIO: 15h13min	TÉRMINO: 16h57min	DURAÇÃO: 01h44min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h44min	PÁGINAS: 36	QUARTOS: 21

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LILIAM SÁ DE PAULA – Presidenta da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de vídeo.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
A reunião de audiência pública foi encerrada e, a seguir, transformou-se em reunião reservada.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Declaro aberta a 6ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as causas, as consequências e responsáveis pelo desaparecimento de crianças e adolescentes no Brasil.

Informo às Sras. e aos Srs. Parlamentares que foi distribuída cópia da ata da 5ª reunião e, assim sendo, indago se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Peço a dispensa, Sra. Presidenta.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Dispensada a leitura por solicitação do Deputado Geraldo Pudim.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, coloco a ata em votação.

As Deputadas e os Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Informo às Deputadas e aos Deputados presentes que a audiência com o Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, solicitada por esta Presidência, será realizada amanhã, dia 30, quarta-feira, às 11h, no Edifício-Sede da Polícia Federal, 9º andar, gabinete do Diretor-Geral.

Ofício nº 127, de 2009, de 22 de setembro de 2009, da Deputada Manuela d'Ávila, justificando ausência na reunião realizada por esta Comissão no dia 1º de setembro de 2009 por estar participando de atividades do seu partido, o PCdoB.

Informo também o recebimento de convites às Deputadas Andreia Zito, Sandra Rosado, Fátima Pelaes e Bel Mesquita e aos Deputados Geraldo Pudim e Vanderlei Macris para participação na 1ª Jornada Internacional sobre Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e o 3º Encontro do Projeto Caminho de Volta, a realizar-se no dia 6 e 7 de outubro de 2009, em São Paulo.

Também informo o recebimento do Ofício nº 673, de 2009, do Ministério da Justiça, comunicando recebimento do Ofício nº 82, de 2009, de 9 de setembro de 2009, desta Presidência, solicitando a designação de Delegado de Polícia Federal para acompanhamento dos trabalhos desta CPI. Informa que o expediente foi



enviado ao Diretor-Geral da Polícia Federal para análise e adoção das providências cabíveis.

Quero também comunicar que está sendo entregue a todos os Deputados e Deputadas o subsídio — são os novos dados que nós recebemos e que também foram compilados da Internet e dos jornais em geral — e também que foi distribuída a todos os Deputados e Deputadas uma relação de documentos que a CPI já recebeu. Então, todos já estão informados.

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes da pauta e audiência pública.

Passemos à deliberação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Pela ordem, Sra. Presidenta.

Até para economia processual, eu gostaria que os requerimentos fossem votados em bloco novamente, e existe um requerimento de minha autoria e que também foi encaminhado junto com o da Deputada Andreia Zito que podemos efetivamente aprovar, e, depois, a Secretaria fazer a fusão daquelas pessoas, porque pedimos uma audiência pública a ser realizada no Rio de Janeiro, a Deputada Andreia Zito também pediu. Dessa forma, poderíamos só ver as autoridades que eu convoquei e que não são contempladas pelo requerimento da Deputada Andreia Zito, fundir e convidar todas as autoridades.

E há 2 requerimentos de minha autoria e um também na mesma direção da Deputada Andreia Zito, que convoca, na verdade, o Secretário Nacional de Segurança Pública, Ricardo Brisolla Balestreri. Eu, particularmente, gostaria de transformar de convocação em convite os 2 requerimentos. Não sei qual a opinião da Deputada Andreia Zito sobre o assunto.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Vou colocar, na verdade, em votação.

Os Deputados e as Deputadas que aprovam a alteração de convocação para convite por favor permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada a solicitação.

Do Deputado Geraldo Pudim e também da Deputada Andreia Zito houve a solicitação para anexar o Requerimento nº 28/09 e o Requerimento nº 33/09. Os



dois tratam de uma audiência pública no Rio de Janeiro. Então, um será anexado ao outro.

Os Deputados e Deputadas que aprovam essa anexação permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a anexação.

Então, vamos, agora, colocar em votação, em grupo, todos os requerimentos que constam hoje da pauta da reunião.

Os Deputados e as Deputadas que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

Passemos agora, então, à audiência pública com a Sra. Vereadora Liliam Sá de Paula, Presidenta da Comissão da Criança e do Adolescente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a quem convido a tomar assento nesta mesa. *(Pausa.)*

Eu quero pedir à Sra. Vereadora Liliam Sá de Paula que faça, na verdade, não um juramento, mas uma afirmação, um compromisso com esta CPI.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - *“Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”.*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Obrigada.

Antes de passar a palavra à depoente, peço a atenção das senhores e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa: o tempo concedido ao convidado ou convidada será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado; cada Deputado inscrito terá o prazo de até 3 minutos para fazer suas indagações, dispondo os convidados de igual tempo para a resposta, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo; os Deputados interessados em interpelar deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria.

Com a palavra, por até 20 minutos, a depoente, a Sra. Vereadora Liliam Sá de Paula.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Muito boa tarde.

Eu gostaria de cumprimentar a Mesa, a Exma. Deputada Bel Mesquita, a Exma. Deputada Andreia Zito, o Exmo. Deputado Geraldo Pudim e os demais Deputados presentes nesta sessão.



Eu me sinto muito honrada de poder estar aqui debatendo um assunto tão importante como este. Eu milito nesta área desde 1998, quando eu comecei, num programa de TV, na *TV Record*, procurando as crianças desaparecidas, e as mães... Eu fazia o programa ao vivo porque essas mães, quando sumiam seus filhos, elas tinham muita dificuldade, e têm até hoje, de verem colocadas as fotos dessas crianças nesses programas de televisão ou de rádio. Então, nós fazíamos o programa ao vivo. E, aí, nós fomos descobrindo muitas coisas em relação às crianças desaparecidas.

Quando eu me elegei, no ano de 2000, Vereadora — eu estou no meu terceiro mandato, sou primeira Suplente de Deputado Federal pelo Partido da República —, eu criei, através de um projeto de resolução, na Câmara de Vereadores, a Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente. Hoje nós trabalhamos com o 08002829996, no qual nós recebemos várias denúncias de maus-tratos, pedofilia, desaparecimento de crianças. E a Comissão trabalha incansavelmente.

Nós realizamos, nestes anos todos, várias audiências públicas, procurando saber o que acontece com essas crianças. E, recentemente, no ano de 2007, eu fiz a CPI... nós fizemos a CPI, aprovada na Câmara de Vereadores, por unanimidade dos meus pares; a CPI que investiga — que investigou, no caso — o desaparecimento de meninas e meninos de 7 a 17 anos, e procuramos também saber se essas crianças estavam sendo levadas para o turismo sexual. Por quê? Houve uma denúncia na revista *Marie Claire* de que havia aumentado os pontos de prostituição infantil.

Nós sabemos que crianças não se prostituem, elas são prostituídas. E, aí, nós começamos a investigar. Começamos a investigar por que essas meninas desaparecem. Descobrimos meninas vendendo o corpo, sendo aliciadas por quadrilhas, vendendo o corpo a 1,99. Nós fechamos um posto de prostituição dentro de uma CEASA que existia ali. As crianças ficavam se prostituindo ali. Descobrimos que as meninas saíam de um Estado para outro em boleias de caminhão. Aí, nós fomos à Comissão da Criança e do Adolescente de São Paulo, com a Bispa Lenice, que era Presidenta, e soubemos que essas meninas saíam também do CEASP, em São Paulo, para o Rio de Janeiro. Eles falavam: “Ó, aqui está ruim, você vai para lá,



você vai para cá”. Então, essas meninas são aliciadas para saírem de casas também para a prostituição infantil.

Mas existem outros casos que nos deixam muito preocupados e foram motivo de uma audiência pública que nós tivemos, coisa de 2 meses atrás, sobre o envolvimento de policiais com o desaparecimento de crianças. E, aí, nós chamamos vários delegados da Polícia Federal, Polícia Civil, chamamos o Comandante da Polícia Militar, várias autoridades, delegado do DECAV, do DPCA, e fizemos uma discussão em relação a isso, porque havia desaparecido... havia meninas se prostituindo com 12 anos, 10, 11 anos, naquela área de São Cristóvão, e estavam dizendo que ali havia o envolvimento de policiais. Depois... Está tudo num relatório, para que vocês possam acompanhar direitinho e ajudar na investigação de vocês.

E, aí, eu perguntei: *“Por quê?”*, porque, dentro dessa CPI que nós fizemos, nós descobrimos que há meninas que estão desaparecendo, de 7 a 12 anos de idade, 14 — já não é tanto 13 e 14, mas mais para 12 anos de idade —, que ninguém sabe, que ninguém viu. Elas desaparecem como, assim, por encanto, como se existisse, assim, um dedo mágico que, se fizesse assim (*a convidada estala os dedos*), e elas sumiam. E essas meninas têm o mesmo tipo físico, o cabelo, a cor. Eles preferem as morenas claras com cabelo enroladinho, típicos da mulher brasileiras. Depois, também, está nas fotos, e vocês podem fazer essa avaliação. E eu perguntei por que essas investigações não vão à frente.

E, aí, muito preocupada com isso, no dia 25 de junho, eu estive com o Presidente Lula, e falei com o Presidente Lula da importância de se fazer o Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas, do qual eu soube que a Exma. Deputada já fez um projeto nesse sentido. E o Presidente Lula se dispôs a fazer isso. Pediu para que o Gilberto levantasse, pediu para que a gente fizesse uma minuta do projeto para ser enviado para ele, para que ele possa sancionar.

Nós entramos em contato com a Polícia Federal aqui de Brasília, dos direitos humanos, Dr. Eustáquio — eu acho que é isso, se não me engano, é o Dr. Eustáquio —, para marcar uma reunião com ele, porque ele já tem um projeto de como, e é bom que a CPI saiba disso, de como vai funcionar essa interligação das polícias. Porque não é só no Rio de Janeiro que somem essas crianças. São 40 mil crianças que somem no Brasil. Há as mães da Sé, há as meninas que somem na



parte do Amazonas, que essas daí também não têm nem registro. Nem registro há dessas meninas que desaparecem lá. E nós queremos saber se essas crianças estão saindo para a prostituição infantil, estão sendo aliciadas pela pedofilia, se há mercado para isso lá fora, se essas crianças estão saindo para isso, se estão aqui dentro do Brasil mesmo.

E, aí, nós chegamos a um outro ponto que é para vocês investigarem também. Na última, a da Taís Lima Barros, que desapareceu há 6 anos, e a mãe dela, a Elizabeth, tem procurado a filha. A filha sumiu a 5 metros de distância dela, assim, comprando aquele sacolé, ela conversando com a mãe, ela com o irmãozinho, o cara jogou ela dentro do táxi, e ela desapareceu. Mas havia um retrato falado, há um retrato falado, está até com a Polícia Civil. E por esse retrato falado, esse sujeito foi identificado, ele trabalhava no cais do porto. E há indícios de que as meninas têm saído via mar. Então, eu acredito que esse trabalho, o material que eu trouxe para vocês, para que vocês possam fazer esse tipo de investigação, é muito importante.

Nós sabemos que a Lei nº 11.259 em algumas delegacias não é respeitada. A mãe, quando chega numa delegacia, ela passa por muita humilhação: “Ah! Sua filha sumiu porque você deve ter batido”, porque isso, porque aquilo. E não é assim. Porque se vocês mandarem que as mães venham aqui, vocês vão ver que o nível das mães é diferente. Eles preferem meninas pobres, mas meninas educadas — nós também chegamos a essa conclusão. E a maioria dessas meninas são filhas de evangélicos, porque são mais dóceis. Eles não gostam de meninas de comunidades carentes, porque essas meninas têm aquele jeito todo, e se vier para cima deles, elas fazem escândalo e tudo; então, eles preferem aquelas que são mais dóceis. Vocês podem ver isso nas fotos. Vocês vão ver que o aspecto físico das meninas é todo assim, meninas mais dóceis, mais educadas. Os pais não têm muito recursos, mas são meninas bem tratadas, bem cuidadas, de boa aparência.

E, aí, o que aconteceu? No caso da Larissa, ela sumiu de dentro de casa. O retrato falado parece que é desse mesmo indivíduo, não havia provas para ele estar solto. Isso aí já não é mais da Taís, é da Larissa. E ela sumiu de São Cristóvão. Ela desapareceu de São Cristóvão, de onde também desapareceu, alguns meses atrás, a Mariana Zheng. Naquele pavilhão de São Cristóvão ali. Os pais são chineses, a



menina falava português. Inclusive a professora dela me ligou esta semana, porque está muito preocupada, ela está tentando buscar... Os pais não falam português, e ela era professora da menina e está tentando saber como está o encaminhamento das investigações, que até agora não deram em nada.

A Polícia tem tentado ajudar, mas existe falta de estrutura nas delegacias, falta de estrutura para que esses setores que tratam do desaparecimento de crianças possam dar respaldo a essas famílias.

Eu trouxe aqui um dossiê da Polícia Civil para vocês, de todas as meninas. Há muita coisa lá, mas falta a informática, falta aparelhagem. Eles me mostraram lá os arquivos enormes. Porque vocês sabem que tudo começou com aquele caso do Carlinhos, muitos anos atrás. E, até hoje, foi do mesmo jeito que essas meninas desapareceram. Vocês veem que eles fizeram o trabalho para a CPI muito bem-feitinho, rápido, mas eles não têm todos os dados aqui, o ano, a idade, por falta de recursos e também de material humano.

E essas meninas, elas... Agora, sumiu a Luciane, há 10 dias, mais ou menos, conversei com a família dela. Desapareceu em Nova Iguaçu. Já é a vigésima quarta menina que desaparece em Nova Iguaçu, a vigésima quarta menina. Então, é aquela mesma coisa: fala com a delegacia, ninguém sabe, ninguém viu, e não se tem pista dessas meninas.

A última coisa que falaram da Luciane é que a viram sendo acompanhada por um homem de uma certa idade. E da Luciana, a mesma coisa: ela saiu para comprar pão, e esse senhor levou a menina.

Nós sabemos que é muito triste para uma mãe quando some a sua filha, ainda mais criando ela com todo o carinho, com todo o afeto. O coração... Acaba com a vida da pessoa, porque você vai ficar a vida inteira. Se você sabe que morreu, você tem um corpo para visitar no cemitério, para você colocar flores. Você sabe, você está descansada. Mas se você não sabe onde está essa criança, você não dorme, você fica pensando: "Será que eles estão abusando da minha filha sexualmente? O que eles estão fazendo com a minha filha? O que aconteceu?".

Então, esta CPI é muito importante, e eu acho que daqui vão sair políticas públicas, vão sair muitas coisas para corrigir isso que está acontecendo no Brasil.



Eu trouxe também algumas sugestões da Polícia Civil. Estive com eles. Os policiais falaram que se os Deputados, os nobres colegas, puderem fazer esse tipo de projeto... Segundo eles, a coleta do DNA da família. Segundo os policiais, há muitos corpos de crianças e adolescentes sem identificação. E alguns desses corpos podem ser de alguma criança que está desaparecida e não pode ser identificado.

Outra: a quebra de sigilo telefônico das crianças que estão desaparecidas. Às vezes, eles querem fazer isso e encontram dificuldade. Isso aí teria de ser dentro da lei. Para os policiais, muitas dessas crianças que desaparecem usam celular. Para os policiais, alguém pode ter ligado para elas no dia do desaparecimento, o que poderia facilitar as investigações.

A terceira é criar, através de lei, a obrigatoriedade de emitir documento de identidade de crianças em idade escolar, a partir do primeiro ano do ensino fundamental.

Criar delegacias especializadas no desaparecimento de crianças e adolescentes. Essas delegacias seriam responsáveis pelas investigações dos casos de desaparecimento. Aí, entraria o Cadastro Nacional, porque eles acessariam aqui e já saberiam se a criança foi para outro lugar. E seria muito importante esse cadastro.

Temos também de averiguar nas rodoviárias o cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente que, no art. 83, diz que nenhuma criança poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhada dos pais ou responsáveis, sem expressa autorização judicial. Às vezes, eles pedem a certidão de nascimento, só, e uma identidade que pode ser falsificada.

Eu entreguei ao Deputado Neilton Mulim um projeto de lei. Ele deu entrada e está tramitando — eu não sei como é a tramitação de vocês aqui, a nossa, lá no Rio de Janeiro, é diferente —, para mudar a certidão de nascimento das crianças. Por quê? A partir de 3 meses de gestação, nós já temos a nossa digital. Então, teria de colocar no documento de certidão a digital das crianças e dos pais. Isso também inibiria o desaparecimento de crianças.

Eu acho que a mudança da certidão de nascimento é uma coisa que tem de ser feita imediatamente, porque qualquer papelzinho que você pegar, você mesmo



preenche, fazendo uma certidão, clonando tudo. E a criança sai, e ninguém sabe, ninguém viu.

Nós podemos também verificar se essas rodoviárias estão pedindo realmente os documentos necessários para que a criança saia de um Estado para o outro, não é verdade?

Então, nós ficamos impressionados nesse sentido do “ninguém sabe, ninguém viu”. Existe uma fantasia que talvez diga que a criança está sendo levada para tráfico de órgãos, para prostituição infantil ou também por encomenda para pedofilia, para os pedófilos que devem pagar alguém muito bem para ter posse dessas crianças.

Então, eu procurei resumir ao máximo, porque eu não quero tomar muito tempo de vocês, porque talvez vocês queiram fazer algum tipo de pergunta. E nós estamos à disposição de vocês.

Eu trouxe alguns depoimentos de mães de desaparecidas. Gostaria que vocês vissem só um para sentir a dor dessas mães. Os depoimentos têm 30 minutos mais ou menos, mas eu pedi para colocar um só para não tomar muito tempo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Já está pronto? Podemos até solicitar que seja...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Pois não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Por favor, pode...

(Exibição de vídeo.)

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - O que foi?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Depois vocês assistem. Deve ter congelado aí alguma coisa.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Emocionante, não é?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Vereadora, mais alguma consideração ou podemos passar às...?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É emocionante. Vocês viram que o apelo que essas mães fazem é que tenha um local para que elas possam ir ali e acompanhar o inquérito. Porque, quando começam a trabalhar, que tem algum



inspetor que tem a boa vontade de começar a investigar, e começa a andar o caso, ele é transferido, e aí se perde tudo. Então, esse apelo que eu deixo aqui para vocês é que vocês ouçam as mães.

Eu vou entregar aqui para a CPI o relatório. Eu não sei se eu contribuí com muita coisa para vocês, mas a gente está tendo aqui o relatório. Eu vou passar para a mão da CPI, para vocês. Aqui tem tudo, tem tudo o que nós fizemos em relação a criança desaparecida, a prostituição infantil, que são os DCMs, as fotos das meninas com informação especial. Yasmin Pereira Rosa. Ela também nasceu em 1992 e está desaparecida desde 2002. Ela sumiu do Estácio, do Bairro do Estácio.

Esta menina também, Michele Santana Araújo, uma linda menina, 1993 — vão vendo as datas, estão vendo? — 1993; 2002. Também sumiu em Bom Sucesso, é um bairro parecido com o outro.

Esta aqui é a menina que sumiu agora, no dia 15 de fevereiro de 2009. Ela é de 1999, 10 anos de idade, a Mariana Zheng.

Esta é a Andreia Ferreira da Mota, ela também desapareceu no dia 25 de agosto de 1993, aliás, no dia 21 de janeiro de 2006, e ela nasceu em 1993 também, é da Vila Valqueire.

Esta aqui é a Taís Bernardino dos Santos. Ela também nasceu em 1995 e desapareceu em janeiro de 2006.

Esta aqui é a Caroline Menezes Cardoso. A mãe dela chegou a botar até *outdoor* em tudo quanto é local. Ela estava dentro do pátio do prédio, andando de bicicleta, e desapareceu. Também a data de nascimento é 1994; 2003, a data de desaparecimento. Tem várias.

Então eu estou passando para as mãos da Presidente da CPI e da Relatora esses documentos. Aqui da audiência pública vocês vão ouvir as autoridades, delegados, o que eles acham, a Polícia Militar — tem tudo aí —, as pessoas que militam nessa área da criança e do adolescente. O relatório também da Polícia Civil, que nos mandou, mas não está completo com as datas, porque não tinha como eles fazerem esse tipo de trabalho, mas eles já adiantaram bastante para a gente.

Eu quero até agradecer ao Robson Fontenele, um inspetor da Polícia Civil, do Setor de Descobertas e Paradeiros, que teve a maior boa vontade em nos receber e



fazer esse relatório. E deu várias sugestões para que vocês possam transformar em lei, e ela ser seguida. Eu quero agradecer e passar à mão também aqui de vocês.

Aqui tem outras fotos, das outras meninas. Vocês podem ver aqui o tipo físico delas. São os tipos físicos para vocês fazerem a comparação. São meninas de família, são meninas direitas. Estas aqui ninguém sabe, ninguém viu por onde estão andando.

Então, eu quero passar à mão aqui a cartilha da pedofilia, que eu dou gratuitamente. Eu pedi para fazer essa cartilha, eu dou gratuitamente pela Comissão da Criança e do Adolescente, que é o *Inimigo pode estar bem perto*. É um alerta até para as mães. Eu passo para as mãos da CPI. *Como combater o abuso sexual*.

E eu só tenho a agradecer a vocês. E do que vocês precisarem, o que eu tiver de material no Rio de Janeiro, se a Comissão quiser um dia estar lá na Comissão da Criança, na Câmara de Vereadores, eu abro lá também para vocês, para todo tipo de investigação. No que vocês precisarem de mim, eu me ponho à disposição da CPI, desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Vereadora, realmente foi um trabalho louvável. Nós temos muito o que agradecer.

Antes de passar a palavra para os Deputados, quero dizer que nos ajudou sim, e muito. E nós temos — acredito que todos nós — uma série de questionamentos a fazer.

Eu quero dizer que, ao vir para esta CPI presidi-la, que foi uma solicitação da Deputada Andreia Zito, eu sabia que nós iríamos nos deparar com situações muito difíceis. Mas, dessa situação toda, ouvir as mães, que são as que mais correm atrás — isso não quer dizer que os pais também não estejam em sofrimento profundo...

Eu acho, aliás, eu acredito realmente que nós temos uma missão muito grande, a senhora como Vereadora no Rio de Janeiro, nós enquanto Deputados Federais aqui na Câmara Federal, cada um dentro da realidade do seu Estado. Nós temos sim um grande caminho para trilhar. E eu espero que, com as mãos dadas, ombro a ombro, nós consigamos sim pelo menos estabelecer uma linha para que esta CPI possa dizer que valeu a pena — e vai valer! Que seja para fazermos uma ação nacional e evitar que haja novas crianças desaparecidas aqui no Brasil.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Claro.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Conforme a lista de inscrição, eu vou conceder a palavra primeiramente à Relatora desta CPI, a Deputada Andreia Zito.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Obrigada, Presidenta. Quero aqui dar meu boa tarde aos colegas Parlamentares, às senhoras e aos senhores e agradecer aqui a presença da nossa Vereadora, Vereadora lá no nosso Estado, o Rio de Janeiro. Ela foi convidada pelo Deputado Geraldo Pudim e aprovada por esta Comissão. Nós conhecemos o seu trabalho. E quero parabenizá-la pelo que foi apresentado aqui.

Tem um fato que me chamou a atenção, Vereadora, que foi quando foi citada a questão do sequestro. Porque nós sabemos que o sequestro é a questão da subtração de pessoas e da extorsão, que envolve dinheiro.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Hum, hum.

A SRA. DEPUTADA ANDREIA ZITO - Então, quando a senhora fala em sequestro, essas mães chegaram a colocar algo nesse sentido? Como a senhora chegou à conclusão de que o que está acontecendo na verdade é o sequestro? E a sugestão até mesmo de uma delegacia especial nesse sentido, especializada nesse sentido.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Olha só, é que nós sabemos: sequestro é mediante pedido de dinheiro, resgate, tudo. Só que isso não acontece. Isso é uma colocação das próprias mães, porque não seria o sequestro, seria o rapto. As mães acham que só filhos de ricos é que são sequestrados, porque têm que dar o dinheiro e tudo, e que seus filhos, quando desaparecem, não entram na categoria de sequestrados, são desaparecidos. Porque elas acham que há uma discriminação porque a criança é pobre. Elas não têm o entendimento de que, judicialmente, sequestro é mediante pagamento, extorsão e alguma coisa assim.

Agora, a delegacia para as crianças desaparecidas é uma coisa muito importante, porque ali elas teriam... Já pensou? A criança sumiu lá em Nova Iguaçu, a mãe dá parte lá em Nova Iguaçu. Aí vem aqui para a FIA, que é em Botafogo, e dá entrada. Vem à Comissão da Criança e do Adolescente, que é na Cinelândia, e dá entrada. Aí a gente consegue uma informação aqui, a FIA dá outra informação ali,



ela está lá com o processo parado em Nova Iguaçu. Ela fica andando de um lado para o outro sem saber.

Então, se você tem uma delegacia que é especializada, que pode até mostrar a criança, fazer aquele programa que tem para envelhecimento, para mostrar como a criança estará daqui a 4 ou 5 anos, isso vai ajudar muito. E elas poderão ter informações ali. *“Como está o andamento do processo?” “Olha, o processo está caminhando, está tramitando.” “Como está a investigação?” “A investigação está sendo resolvida. Já ouvimos...”*

No caso dessa mãe, a diretora não foi nem chamada para prestar esclarecimentos. Quer dizer, uma criança some no pátio de uma escola municipal e não é chamada nem a diretora para prestar esclarecimentos. Então, o descaso é muito grande. E é isso o que elas têm reivindicado. Elas têm reivindicado que exista... Pode ser até dentro de uma outra delegacia, mas que existisse um setor só para tratar disso e essa interligação do cadastro nacional. Porque, se desaparece uma menina em Fortaleza, você joga as informações no *site* e, imediatamente, você tem todos os dados. Se você viu uma criança parecida com ela aqui no Rio de Janeiro, você já pode entrar em contato dentro dessa delegacia.

Então, acho que isso ajudaria muito essas mães com essa peregrinação. Vocês vão ouvir a Wal, depois, do Portal Kids, e as Mães da Sé, e elas vão passar isso a vocês. Elas passam o dia inteiro andando de um lado para o outro. Há informações erradas. Quando elas davam o telefone, tinha gente se aproveitando e pedindo dinheiro. *“Olha, eu sei onde está seu filho, sua filha...”* Ligavam para a casa delas, pegavam dinheiro, e elas davam dinheiro. No desespero elas davam dinheiro. E por isso, depois, a FIA proibiu de dar o telefone dessas pessoas. Então, você liga direto para o Departamento, porque elas estavam sendo extorquidas. E tem muita gente também que liga para brincar. Lá no programa... Vocês estavam vendo aqui o programa, não é o que eu falei quando eu comecei, que eu comecei na Record. Esse aqui é um programa de televisão que eu tinha na CNT até o ano passado, até antes das eleições. Eu parei para minha reeleição, porque o TRE proíbe, e ainda não voltei ao ar. Então, há muitos anos eu faço isso. As mães têm esse espaço para falar, para conversar. Eu dedico um espaço só para essas questões, porque eu entendo o sofrimento. Eu vi muita gente aqui com lágrima nos olhos, a própria



Deputada chorou. Imaginem o que eu já passei, com umas histórias assim que são terríveis de mães depois que a criança desaparece. Quando não era mais, assim, imediatamente, para poder registrar, mães perdendo filhos daqui há pouco porque não procuraram imediatamente encontrar um filho de 10 anos, ser viciado, morto. Então, já passamos por muitas coisas, já vimos muitas coisas ruins.

Acredito que se esse projeto do cadastro nacional passar e vocês fizerem essa integração, interagir as polícias, todas centradas no mesmo cadastro... Sumiu. Vamos está lá, vamos dizer, no Amazonas e aqui em Brasília você acessa e está tudo no cadastro, isso ia ajudar muito.

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - Uma outra coisa também colocada foi a exploração sexual. Durante todo o tempo ouvimos aqui a senhora falando sobre meninas, meninas, meninas... No seu trabalho lá pela Comissão houve algum diagnóstico a respeito de meninos que também sofreram exploração sexual?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Também. Tem sim. Agora que começou. De um tempo para cá, os meninos estão se prostituindo. E, para a nossa surpresa, em outubro, no mês de outubro de 2008 — não é isso, Maristela? —, quando fizemos aquela batida no CEASA, encontramos meninos também sendo explorados para a prostituição. Nós temos também pontos de prostituição infantil de meninos naquela área da Central do Brasil. E nós sabemos que é mais nas meninas. O número maior é de meninas. Sempre foi a mulher, não é?

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - Sem dúvida. Com certeza. Mas houve esse diagnóstico também?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Mas também, no caso dos meninos, também temos diagnóstico que começou esse problema com os meninos, tanto é que implantamos dentro do CEASA um pólo da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde as pessoas, quando virem que as pessoas estão sendo aliciadas e tudo, podem denunciar logo, para cortar o mal.

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - E em relação aos crimes que foram apurados por essa Comissão, qual foi o andamento? Qual o procedimento da Comissão em relação a esses crimes que foram apurados?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Da Comissão da Criança e do Adolescente?

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - Isso.



A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Nós passamos para as autoridades que têm competência para isso. Eu, como Vereadora, não tenho competência, tanto é que anunciei ali que eu ia fazer essa CPI que vocês fizeram, das crianças desaparecidas, mas na Câmara de Vereadores foi indeferida porque era inconstitucional, porque teria que ter o poder de polícia para fazer esse tipo de CPI. A do turismo sexual não, porque seria só investigativa. Mas, no caso do desaparecimento de crianças, envolveria polícia.

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - Foi encaminhado então para essas autoridades

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - E aí a Mesa entendeu assim e vetou. Tanto é que eu falei, lembra? *“Ah, a CPI vai descobrir mais coisas”*.

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - É verdade.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não aconteceu. E veio acontecer aqui porque tinha que acontecer. Porque eu acho que Deus quer uma coisa maior para o Brasil todo, não só para o Rio de Janeiro, mas para todos os Estados envolvidos nessa questão da criança e do adolescente. E aí vai para a promotoria...

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - E em relação aos conselhos tutelares, a senhora teve apoio? A senhora percebe que há um descaso ou...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não. Os conselheiros, coitados, trabalham muito. São eleitos pelo povo, não são estatutários, então, eles têm uma série de problemas por causa disso. Nós, a Comissão da Criança e do Adolescente, nesses últimos 15 dias, fomos a todos os conselhos — inclusive está até no *site* — para verificar a estrutura física dos conselhos tutelares para receber essas crianças. E nós vimos que eles estão desaparelhados e não têm condições nenhuma de trabalhar e fazer esse tipo de trabalho de receber a criança. E ali eles recebem mais crianças vítimas de abuso sexual. E a mesma coisa acontece com os hospitais, nos setores de pediatria. Quando acontece isso, não tem uma triagem. Geralmente, o pai e a mãe, quando a criança é abusada e espancada, eles dão entrada na madrugada nos hospitais. Isso eu sei porque tenho umas parceiras que são enfermeiras e, quando chega alguém lá, elas ligam para a gente, e nós vamos imediatamente ao hospital para ver a situação da criança. Teve uma menina de 8 anos que foi abusada pelo padrasto. Ela tinha 8 anos de idade. Essa menina estava



praticamente em cativo em casa, não ia à escola, nunca foi à escola, e o pai abusou dela sexualmente. E o que fizemos? Encaminhamos para a Promotora da Infância e Juventude, para que ela tomasse as medidas cabíveis nesse caso. Porque chega ali e se faz o B.O., mas fica por isso mesmo.

Então, teria que mandar isso para a DPCA, para a DECAV. Dependendo do assunto é a DPCA ou a DECAV para acompanhar e botar o Ministério Público para apurar tudo. Uma outra menina que fomos visitar — isso não tem muito a ver com a CPI, que trata de desaparecimento, mas estou falando da violência também, porque engloba muita coisa — teve sua vagina queimada com uma colher quente. A mãe pegou uma colher e queimou a menina. Eu fui ver a menina e perguntei a ela? *"Por que a sua mãe fez isso com você?"* *"Ah, porque eu estava com fogo..."* Quer dizer, aí nós, imediatamente, a Comissão da Criança e do Adolescente entrou no circuito e foi tirada... Procuramos os órgãos competentes e foi tirada a guarda dessa mãe e passada à família do pai. Então, foi uma vida resguardada, porque se ela voltasse para a casa iria acontecer coisa pior com essa menina.

Então, temos trabalhado assim: nós recebemos as denúncias sigilosamente, porque quando elas fazem a denúncia não querem aparecer. E, então, nós encaminhamos para os órgãos competentes. Dependendo do que seja, mandamos para cada setor e acompanhamos. A Comissão também acompanha para ver o desdobramento de cada caso.

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - Aí, dentro dessa mesma linha da pergunta sobre os conselhos tutelares, eu gostaria de fazer uma pergunta a respeito da polícia. Porque a senhora colocou a questão da falta de estrutura, percebemos isso no dia a dia...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Está nos depoimentos dos próprios delegados aí.

A SRA. DEPUTADA ANDRÉIA ZITO - Existe, realmente, uma falta de estrutura. Mas ao mesmo tempo percebemos também que há, algumas vezes, uma insensibilidade por parte dos delegados, como foi também colocado pela senhora, de receber as mães e não terem uma sensibilidade, realmente, em relação a isso.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Isso acontecia com nós mulheres também.



A SRA. ANDRÉIA ZITO - Você acha que uma coisa está vinculada a outra? É um despreparo somente da polícia? Qual é a sua avaliação?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Acho que é um despreparo sim, porque isso acontecia também antes de ter a Lei Maria da Penha. A mulher era espancada pelo marido e chegava lá ouvia: *“Você apanhou porque você mereceu, vai ver que você não lavou a louça. Vá para casa...”* Então, eu já senti isso na pele e sei como é.

Então, acontece a mesma coisa com a mãe. *“Ah, vai ver que você largou seu filho aí... Porque é pobre? Aí você chega lá e a mãe está descabelada, está com uma roupa dela... Porque no desespero. E aí chega ela lá e ouve: “Vai ver que você bateu...” “Não, eu não bati, não sei o quê”.* E elas passam por vários constrangimentos. Vocês vão ouvi-las e vão ver que o que eu falei aqui é verdadeiro.

Então, acho que há um despreparo. Por isso que deveria haver um setor especializado nisso. Eu tenho uma mãe... Você botou daquela que teve problema psicológico? Está aí na fita? Que ela falou que ela passou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Do Rafael, que desapareceu. Esse menino desapareceu. Foi comprar um celular, não é isso? E a mãe havia dado a ele 300 reais para comprar um celular. Qual a idade dele? Catorze ou treze? Uma coisa assim. Aí o menino desapareceu. A mãe foi para tudo quanto foi morro atrás, porque disseram para ela... A cada lugar que ela ia falavam uma história. Foi para morros, falou com o dono do morro, foi falar com todo mundo. Andou, andou, andou, até hoje não sabe onde está o menino. E ela gastou um fortuna e está gastando, porque ela está com síndrome de pânico. Acabou com a vida dela, porque era o único filho que ela tinha. Filho único. E sem ela saber notícias do menino. Ela acorda de noite ouvindo ele chamando o nome dela, gritando por ela. Ela acorda assustada e não tem mais condições psicológicas de continuar nessa procura.

Então, esses setores também deveriam ter uma assistência psicológica para a família, ouvir essa mãe, ajudar essa mãe no momento mais difícil da vida dela. Você viu a tia que estava ali. A mãe procurando a filha. A mãe morreu. A menina desapareceu, a mãe morreu 9 meses depois. Não aguentou o baque. Você vê o que



acontece, a desgraça que acontece em uma família quando some um ente querido. Desestrutura tudo. Não tem como.

Então, acho que é um dever nosso, como Parlamentares. E parabenizo mais uma vez a ação de vocês. Olhem, foi a coisa mais linda, porque essas mães precisam ter uma resposta. Elas precisam saber realmente: minha filha morreu, meu filho morreu, onde está minha criança. Ela precisa ter essa resposta. E as outras, que vão passar por isso também, tem que ter um local adequado para fazer as suas denúncias, um local adequado para que ela possa chorar, para que ela possa se expressar. E estamos aqui para isso.

Acho que, no Rio de Janeiro, procuro fazer o melhor possível nessa área, apoiando as mães e lutando pelos direitos da criança e do adolescente. E sei que vocês, aqui em Brasília, também estão fazendo o melhor.

Acho que a situação em que as nossas crianças vivem hoje em dia não é só a questão da criança desaparecida, mas tem várias outras questões em relação à criança. Eu acho que o Brasil, esta Nação, tinha que ter como prioridade os direitos da criança e do adolescente, porque não é justo as crianças estarem nas ruas, as crianças serem aliciadas para a prostituição infantil, para o tráfico internacional de crianças, usando *crack*. E nós não termos, assim, aquele investimento maciço na área da educação para que essas crianças possam ficar em horário integral na escola, aprendendo mesmo a ter uma profissão ou alguma coisa.

Então, tem muita coisa ainda para se fazer em relação às nossas crianças. E o primeiro passo é resolver isso, para que a gente não perca as nossas crianças, porque uma perda dessa dói. Doeu aqui na Deputada, dói no coração de vocês que estão aí e dói em nosso coração, porque nós, que somos mães, a gente se coloca na pele daquele mãe, a gente sente a dor daquela mãe. Então, vamos corrigir essas distorções. O que está errado nós temos que corrigir para que dê certo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Vou passar a palavra ao Deputado Geraldo Pudim.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Deputada Liliam, antes de mais nada, quero agradecer o aceite de V.Exa. ao convite para vir a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, para contribuir de certa maneira. E, creio, os nobres pares aqui não de concordar que V.Exa. tem contribuído muito com o seu depoimento e a



documentação que trouxe aqui para acostar à documentação que vai ser tirada da Comissão Parlamentar e Inquérito. Mas temos que avançar. E uma das funções desta Comissão Parlamentar de Inquérito é apontar culpados, quem quer que sejam. E ouvimos aqui no início do seu depoimento que há, inclusive, possibilidade de envolvimento de policiais com o desaparecimento dessas crianças. Existem locais específicos que a senhora traz a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, como é o caso da Central do Brasil, onde já existe prostituição de meninos e meninas.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - E em São Cristóvão também.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - E ficamos muito assustados com relação a isso, porque ao longo da Comissão Parlamentar de Inquérito estamos verificando as causas dos desaparecimentos, que são inúmeras. Mas evidentemente já temos que começar a trabalhar, Presidenta. E gostaria de solicitar à Presidenta e à Relatora que ao término desta CPI pudéssemos fazer uma reunião reservada com a Vereadora Liliam, porque ela me fez uma revelação anteriormente, no início desta reunião, que acho que pode ser objeto, inclusive, de uma ação efetiva da CPI quando da realização da nossa audiência pública lá no Rio de Janeiro, ou até mesmo antes. Porque me assustou muito esse depoimento da Vereadora. E eu solicitei a ela que não fizesse essa revelação aqui, até para que pudéssemos preservá-la e termos uma visita com uma ação concreta no Rio de Janeiro, dada essa quantidade de meninos e meninas que estão desaparecendo no Rio de Janeiro.

A minha primeira pergunta é: há, efetivamente, nessa CPI que V.Exa. presidiu no Rio de Janeiro sobre o desaparecimento de crianças, indícios de participação de policiais?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Houve sim. E até uma quadrilha foi presa em Campo Grande, que aliciava esses menores. E o próprio jornal *O Globo*, em matéria que depois posso passar a esta CPI — nós temos lá essa matéria, não temos Maristela? Temos sim —, fala do envolvimento, uma folha inteira. Vocês podem até pedir a fita à Rede Globo de Televisão, pedir para entregar essa fita para vocês. Lá em São Cristóvão essas meninas eram aliciadas por policiais. E sabemos que em todo lugar tem a banda podre. Não estamos aqui para falar mal do policial militar, mas sabemos que existem pessoas de mau caráter dentro da corporação.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora tem conhecimento se esses policiais ainda permanecem nas corporações?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Olha, ali na CPI, depois vocês podem ver, está até marcado. Cadê aquele...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Já está com a Secretaria.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Está com a Secretaria? Eu marquei com aquele destaque, falando sobre essa CPI que nós investigamos o caso dos policiais envolvidos, por causa dessas denúncias do jornal. *(Pausa.)*

Vou localizar aqui, porque é tanta coisa. E há um depoimento aqui, acho que foi do coronel, que falou que eles foram presos administrativamente para investigação. Vocês podem até ler aqui depois...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Mas do resultado dessa investigação a senhora não tem conhecimento?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, aí já é uma coisas deles mesmo. Para Vereador... Eu não tenho esse poder não.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Aí consta o nome dos policiais? Nesse relatório consta o nome desses policiais ou não? Não conta o nome?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, não, não. Eles não deram o nome. Vocês teriam que pedir. Ver aqui o nome do comandante e pedir a ele que passasse o relatório para ver o que aconteceu com ele.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Era um só ou havia mais policiais?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, tinha alguns policiais envolvidos.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Perfeito.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Até na Barra da Tijuca foi preso um. Está aqui, depois vocês procuram com calma.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Isso, tranquilo. Deixa eu fazer outra pergunta à senhora.

Com relação àquela questão que também me intrigou muito, no início do seu depoimento, de que essas crianças poderiam estar saindo pelo cais do porto.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Você viu? Eu trouxe ali, porque foi a própria mãe, a tia, não é, que revelou que a mesma pessoa que pegou a Taís, da Vila



Kennedy, que é um bairro que tem em Bangu, é a mesma que sumiu, é o mesmo retrato falado que sumiu com a Larissa. Está com a Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Nessa documentação que a senhora entregou consta o nome desse elemento?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Está com a Polícia Civil. Aí é deles, tem que pedir a eles, porque aí já não é mais a minha...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - É no caso da Larissa?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É, Taís Lima Barros e a Larissa.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - A senhora sabe o nome?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Sei. Eu posso até dar o nome do policial que nos ajudou, que tem até a foto dele lá.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sim, mas do funcionário do porto a senhora não sabe?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É, ele disse que era funcionário do porto. Então, elas estão desconfiadas de que as meninas saíram pelo porto.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Isso. Mas, no relatório, ninguém sabe o nome desse elemento. Afirmo que ele...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Sabe, porque ele foi preso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Ah! Foi preso. Então, tem registro de sua prisão.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Ele foi preso, tem registro sim. Ele foi preso e foi solto por falta de provas.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Isso. A senhora só não sabe se efetivamente ele continua trabalhando ou não.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Continua trabalhando.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Continua trabalhando normalmente?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Normalmente.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - É, Presidente, o elemento continua trabalhando normalmente.

Outra questão também que me intrigou foi que a senhora falou a respeito de meninos e meninas dos 7 aos 17 anos que estavam vendendo o corpo a 1,99.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Hum, hum.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - E também outra questão, que seria essa troca entre o eixo São Paulo/Rio.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - De crianças indo do Rio para São Paulo e de São Paulo para o Rio de Janeiro. Houve alguma ação policial que chegou a prender alguém?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Houve, sim. Nós fomos nesse dia... Eles saem correndo, não é? Quando a gente chega, eles saem, eles veem todo mundo e saem correndo. Nós fomos com a Polícia Civil, fomos com a Promotoria da Infância e Juventude, com o Conselho Tutelar. Foram muitos. Nós chegamos e fomos batendo nas boleias de caminhão, mandando abrir a porta, à noite, para ver se tinha alguma criança dentro. Mas fica o olheiro, não é? Quando você vai entrando lá já avisam e eles saem correndo.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Nesse caso específico?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Nesse caso foi pego só... A Polícia Civil pegou só usuários de drogas que estavam lá usando droga, e esse menino, um menino que estava na prostituição, que o Conselho Tutelar levou de volta para casa. Nós o colocamos na Kombi do conselheiro tutelar e eles levaram esse menino de volta para casa. Esse menino tinha 14 anos.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Estava na boleia de um caminhão?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, estava na prostituição.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Na prostituição.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Como eles falam: na pista.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Nesses casos específicos, a senhora verifica que as pessoas são autuadas em flagrante?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Quando são, são presas, como aconteceu em Campo Grande, que houve a prisão. Prenderam 5 elementos em Campo Grande. Mas é muito difícil, porque ficam sempre... Nós denunciemos em Nova Sepetiba. Em Nova Sepetiba está demais, crianças vendendo o corpo a 1,99. Está nos relatórios também, os senhores podem ver as pessoas falando. Ali tem até os Direitos Humanos da OAB, que também está falando a mesma coisa. Tem muitas autoridades aí.



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Essas crianças participam da estatística de crianças desaparecidas?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, não. O que seria um erro. A família sabe onde está. E é um erro, porque a gente também não sabe se essas meninas estão sendo exploradas por esses caras. É um erro muito grande isso, porque elas podem estar perto e à noite eles colocam elas para se prostituir e depois colocam para dentro de casa.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Outras questões que têm surgido aqui na Comissão é a respeito da adoção sem o devido processo legal. A senhora tomou conhecimento de criança que foi subtraída para adoção, sem o devido processo legal, no trâmite da investigação?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, isso aí a gente não teve nada. Inclusive eu estou até fazendo parte do grupo de adoção. Eu levantei essa bandeira. Estamos fazendo audiências públicas em vários Municípios, para ensinar as mães que não precisam jogar mais seus filhos dentro da lata de lixo, que ela não vai ser presa, que ela pode entregar a criança para adoção. Mas nós não vimos esse tipo... Eu sei onde o senhor está querendo chegar: para adotar criança que eles pegaram. Não, esse tipo, não, porque eles estariam de repente se expondo muito. Eu acho que eles falsificam é a certidão mesmo de nascimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Porque há indícios inclusive da participação de pais na adoção de crianças, sem o devido processo legal. O pai vai lá e faz o registro como desaparecido. O próprio pai, a própria mãe vai lá e faz o registro como se a criança tivesse desaparecido, e, na verdade, eles...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Eles deram para adoção.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - ... deram para adoção, sem o devido processo legal.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É, mas aí não é o caso dessas mães que ficam peregrinando de um lugar para outro. O policial falou isso também, até pais que matam. No dia em que estive lá na Polícia Civil, ele contou um caso para gente. Foi um casal dizendo que a filha tinha desaparecido, de 4 anos de idade. E essa menina não desapareceu. O casal foi na delegacia e deu parte. Só que eles pegaram a criança, bateram, bateram, espancaram, a mãe e o padrasto, com a



ajuda da cunhada, espancaram a criança, mataram a criança e, quando viram que a criança estava morta, a mãe o que fez? Pegou a menina, botou um biquíni de praia nela, mergulhou ela na água salgada e botou perto da casa do pai. Mas aí ela estava com marcas no corpo. O que ela fez? Eles foram num bar, compraram álcool. Só que aí eles se entregaram, porque, quando foram investigar a criança, que eles jogaram álcool e botaram fogo na criança, no bar falaram que uma pessoa comprou... Eles, ao invés de comprar um litro grande de álcool, como não tinha, compraram várias garrafas de meio assim de álcool.

Então, aquilo chamou a atenção da vendedora do supermercado. E ela gravou a fisionomia da pessoa. Então, por ali, quando surgiu o escândalo de que tinham matado uma criança e que a criança foi queimada com álcool, ela foi e deu o depoimento. Fez o retrato falado e pegaram o padrasto.

Então, a Polícia Civil fala que acontece muito disso. Que os próprios pais dão sumiço nos seus filhos, depois vão para a delegacia dizer que a criança sumiu, desapareceu. E foram eles que deram sumiço nas crianças.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Esse é um fato também que a própria polícia...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É um fato também. A própria polícia falou isso para a gente no relatório.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Que o desaparecimento seria de responsabilidade dos pais. No caso específico, ou mata a criança ou pode participar da ação e vai lá e faz o registro.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Mata. Ou então até vende a criança para a prostituição mesmo, como acontece no Nordeste. Vende a criança para a prostituição.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Está bom, Vereadora. Muito obrigado.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - De nada.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Bel Mesquita) - Passo a palavra ao Deputado Geraldo Thadeu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Cara Presidenta, Deputada Bel Mesquita, Sra. Relatora, Deputada Andreia Zito, caros companheiros Deputados,



Vereadora Liliam, primeiro eu quero também parabenizá-la pelo trabalho, pela sua dedicação, que nós compartilhamos nesta CPI e que também lutamos para trazer uma luz para melhorar, dar mais garantia para as famílias na proteção dos seus filhos.

Ouvi atentamente a Vereadora Liliam dizer que são 24 meninas desaparecidas...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Em Nova Iguaçu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sim. Alguma foi encontrada, dessas 24?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, são as 24 que estão sumidas.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Que estão sumidas.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Estão desaparecidas. E essa Luciana é uma que está desaparecida.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Então, nenhuma delas foi encontrada, certo?

É por isso que uma CPI é importante. Já vi muitas causas de desaparecimento, mas para mim aqui é novidade e acho que bem lógico nessa questão da condição de (*ininteligível*) por motoristas dos CEASAS e de um Estado para o outro. É isso?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Isso, isso. Isso que foi falado, que nós apuramos. E fomos falar com essa Bispa Lenice, que é uma Vereadora de São Paulo e que era Presidente da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente. E eles estavam fazendo uma CPI em São Paulo.

Vocês poderiam até pedir o relatório dessa CPI lá em São Paulo para ver a que ponto eles chegaram. Vai ajudar bastante para vocês aí. Então, ela falou isso também. Eu tenho até o depoimento dela gravado. Se vocês precisarem, eu faço a cópia da fita e mando para vocês. E que ela achava que as crianças estavam saindo nas boleias de caminhão. Aí a gente começou a fazer... a cruzar as informações. E realmente é isso. Então, existiria... Foi quando a gente queria fazer com que a Polícia Rodoviária Federal se explicasse para a gente. Então, eles disseram que não, que ali eles fazem, eles param e tudo. Mas, às vezes, não. Às vezes, quando



fazem essas paradas assim, a pessoa fala que está com o filho, que “é *minha filha*”. Se estiver com o documento falsificado, vai fazer o quê?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Agora... Às vezes, a gente fala assim, por exemplo: “*Existe isso, nós desconfiamos*”. Mas caso concreto mesmo, de achar, de encontrar e de que uma criança foi achada, e contar a história e tudo?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, ainda não. Essas que desapareceram sem deixar vestígio, não. As outras que são desaparecidas, às vezes, elas saíram de casa por causa de não se dar bem com o padrasto ou a mãe... Sempre é assim: o padrasto deu em cima delas, fogem de casa. Os meninos também. Mas aí é um outro caso. Até a FIA, depois, vai explicar para vocês. Mas essas aí, ninguém sabe, ninguém viu. Nem vestígios dos corpos em algum lugar nós temos. Não sabemos.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Dessas 24 meninas lá de... Como se chama a cidade?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - De Nova Iguaçu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - De Nova Iguaçu.

Nós já ouvimos alguns relatos e algumas histórias, por exemplo — até não são tão raras assim, mas acontecem — por exemplo, nos Estados Unidos ou em outros países, de maníacos que matam, assassinam a criança.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É verdade.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - E isso... Teve alguma desconfiança disso?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Eu, particularmente, desconfio.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - É?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Eu desconfio que há indícios de existir uma quadrilha especializada, no Rio de Janeiro, em desaparecimento de criança; um mercado.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Para o mercado?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Para o mercado. Eu acho isso.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas não de um maníaco...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Agora, veja bem: indício.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Porque o desaparecimento delas, dessas 24... Tem alguma semelhança entre uma e outra, das 24?



A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Isso nós apuramos... Só agora, na semana — têm 2 semanas que a Luciana desapareceu —, é que falaram que essa menina tinha desaparecido e que existiriam mais 23 meninas desaparecidas em Nova Iguaçu. Entendeu? Aí, hoje, eu até pedi... Liguei para a FIA para confirmar esses dados, se realmente era isso. A FIA confirmou que eram 24 meninas, com essa que está desaparecida.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - E têm queixas nas delegacias?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Têm queixas.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Todas elas?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Acho que lá são 56. São 56 ou 57 lá. É alguma coisa assim. A delegacia de Nova Iguaçu.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - E têm queixas desses desaparecimentos?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Têm queixas, sim, dos pais.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Na delegacia?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Na delegacia.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Acho que era bom investigar se existe semelhança, se existe...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É isso que é.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Estou falando no caso de vários...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Até nas datas de...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - ...por exemplo, de maníacos que podem ter... Que acontece. Igual ao do parque de São Paulo, daquele motoqueiro que sequestrava as mulheres...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Para matar...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - ...para matar...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - ...e depois enterrava lá no parque, não é?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não é isso?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - É bom, acho, colocar essa...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - O maluco do parque, não é?



O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso. O maluco do parque. Acho que é bom colocar numa questão de investigação nesse sentido.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Também. Nesse sentido.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Olha, nós participamos aqui da... Eu participei da CPI do Tráfico de Órgãos. Tem uma irmã de Portugal. Eu não me lembro do nome dela agora, mas vou ver lá na Comissão. Ela tinha algumas informações sobre tráfico de órgãos de crianças que eram sequestradas para outros países, para tráfico de órgãos. Aqui na CPI nós não conseguimos chegar a uma determinada prova de que existiu. Mas essa irmã tem algumas informações que são importantes. Nós vamos ver o nome e trazê-la aqui.

Agora, por exemplo: tráfico de órgãos. Nós tivemos, por exemplo...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Ela está me corrigindo. Não é só... É que eu falei... Nova Iguaçu, para mim, é tudo. Mas ela falou: "*Baixada Fluminense*".

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - É na Baixada?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Eu quero corrigir que as 24 estão na Baixada Fluminense.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Sei.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - E essa menina, Luciana, que sumiu de..

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Nova Iguaçu.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - ...de Nova Iguaçu. Está bom? Eu faço uma correção, Srs. Deputados, para fazer...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas mesmo assim, acho que é o caso de fazer...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É. A Baixada Fluminense ali é...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Cabe um tipo de investigação nesse sentido...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É, nesse sentido.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - ...de ver a semelhança de sequestro, de desaparecimento, de local, como foi, a que horas, o que era, tudo. Acho que isso é importante, sabe?



A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É. Por isso é que eu... Até, se alguém está assistindo a gente em Nova Iguaçu, vai falar: sumiram 24 em Nova Iguaçu. É toda a Baixada Fluminense.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Na questão da CPI do Tráfico de Órgãos, ficou assim muito evidente. Descobriram várias quadrilhas no tráfico de órgãos de pessoas. Para tráfico de rins, por exemplo, iam para a África; da África, iam para outros países; daqui do Brasil. Isso foi completamente comprovado. E aqui no Brasil, também, alguns casos. Mas não especificamente...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Mas esses órgãos assim... Têm que ser novos, assim, de 7 para 8, 9, 10 anos?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Isso aí, nós temos essa irmã, que eu vou localizar. E nós vamos trazê-la aqui para que... Aqui já é mais específico na questão do desaparecimento de criança e adolescentes.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É. Nós temos que investigar tudo, não é?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - É.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Se elas estão sumindo para o tráfico de órgãos. Deixe eu dar um esclarecimento aqui, que pode até ajudar vocês. Em Tucumã, uma cidade da Argentina... em Buenos Aires — é perto de Buenos Aires —, uma mulher fez um movimento sobre as crianças desaparecidas. E esse movimento... Ela juntou as mães, e começaram a ir para as ruas. E fez um movimento. Ela descobriu que as crianças estavam desaparecendo para o tráfico de órgãos. Isso aí é em Tucumã. Vocês podem ver isso na Argentina, que tem registrado. E tem até uma pessoa. Eu até falei que ia ver se a Câmara lá do Rio podia entrar em contato com ela, para trazê-la, para ela falar o que ela... qual é a experiência dela, como ela descobriu isso. Porque, de repente, aqui a gente é vizinho, não é? Argentina e Brasil... É pertinho. São 3 horas de avião, não é? É fácil. Pode ser alguma coisa também.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Aqui, com respeito à mesma pergunta, a respeito de portos. Como os da CEASA, os portos também. Já foi respondida. Agora, o desaparecimento, por exemplo, de... Uma característica muito grande aqui do Distrito Federal, do entorno... Nós participamos também de investigações. Era muito comum o desaparecimento, primeiro, de crianças e



adolescentes pobres, de cor escura e de famílias realmente de dificuldades, que eram utilizadas pelo tráfico de órgãos como mulas. E depois, quando eles começavam a tomar caminho no próprio tráfico de órgãos, eles eram eliminados. Isso existe lá?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Olha, eu questionei as autoridades, tanto o delegado da Polícia Federal, da Polícia Civil, o coronel da PM, que está nos autos ali, eles falando sobre isso. Nós perguntamos se existia tráfico de seres humanos, tráfico de órgãos. Eles disseram que não, que eles nunca tiveram esse tipo de denúncia no Rio de Janeiro. Entendeu? Está ali nos autos. Depois, vocês examinam...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não seria... Não seria...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Ou eles não quiseram falar nada, porque estão investigando, não é?

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - ...não seria, talvez, fazer o inverso agora? Não seria, talvez, fazer o inverso agora, de sequestrar esses meninos que são usados pelo tráfico, trazer, e aí começar a descobrir qual a razão, qual o motivo, se eles são realmente de lá, se eles foram alienados pelo tráfico, por que eles estão lá? Acho que seria outro caminho, também, para seguir aqui, de investigação.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É verdade.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Uma questão, Deputado Geraldo, meu xará. Existe algum caso de desaparecimento em que houve recuperação efetiva ou nenhum caso?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não. Teve caso em que sumiram, mas que voltaram. Mas aí é...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sem ser esse caso de família.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Sem ser de família.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Sem ser de família.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, não.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Geralmente, namoro, não é? Saiu com...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Desses casos mais graves, nenhum...



A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, não, não. Nenhuma voltou para contar a história. E a gente fica pedindo a Deus... Todos os dias eu oro, pedindo a Deus para que a gente consiga achar um cativo, algum lugar onde estejam essas crianças, uma batida para alguém denunciar. Porque podem estar também essas crianças em cativo, e a gente não sabe.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Olha, falou-se, por exemplo, em venda de filhos. Existe muito, por várias razões, de que a mãe vai ter o filho, não tem condição de cuidar e deixa no próprio hospital ou coloca numa lata, abandona em qualquer lugar, como vários estão acontecendo aí. E também têm muitas denúncias de venda do recém-nascido para famílias assim. Têm notícias lá nesse sentido?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - De vez em quando aparece no jornal. Nós temos notícias...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas lá na sua região.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - ...de venda de criança, sim. Já aconteceu, sim. Os jornais mesmo...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Mas tem algum comprovado assim lá?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Mas aí eles resgataram as crianças. Eles resgataram as crianças.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Bom, eu quero parabenizá-la. Acho que nós temos muita frente aqui de investigação, não é? Acho que a Vereadora Líliam, no seu trabalho...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Eu sou limitada, porque...

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não, não é limitada, não.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Às vezes, eu tenho tanta vontade de fazer alguma coisa! Mas não posso fazer.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Não. Pode ficar tranquila, que você não é limitada, não. Acho que você está ajudando muito aqui, para desvendar vários caminhos aqui.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - O que eu tiver, eu vou passando para vocês outras informações. Ficou muito em cima esse pedido. E a gente pode começar uma



linha de investigação e mandar mais material para vocês. O que nós tivermos lá, eu posso passar para vocês, porque aí vai ajudar bastante.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Muito obrigado.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Eu é que agradeço a oportunidade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Bom, eu também tenho algumas perguntas a fazer.

O que fica... Eu estava conversando com o Deputado Geraldo Pudim e com a nossa Relatora, Deputada Andreia Zito. É que, quando nós falamos de crianças e adolescentes desaparecidos, fica difícil conceituar o que é uma criança desaparecida. Uma criança desaparecida é uma que foge? Uma criança desaparecida é uma que a mãe sabe que ela não foi sequestrada, não foi subtraída? A que está na prostituição é desaparecida? Estou colocando assim, porque nós estamos tendo dificuldade em precisar realmente o que é uma criança desaparecida. Essa é uma pergunta. A segunda pergunta é: foi possível recuperar alguma criança e adolescente através do seu programa?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Ah, várias, várias.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Espere aí. Eu só vou fazer... Daí você responde a todas. O menino prostituído que voltou para casa, a família o tinha como desaparecido, e a partir do momento em que ele voltou para casa, você tem conhecimento de como foi a vida desse menino dentro da família? Na verdade, são essas 3 perguntas que eu precisava fazer neste instante.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Olha, nós entregamos um menino para o Conselho Tutelar. O Conselho Tutelar é que fez o acompanhamento, falou com a mãe do menino. E a conselheira, se não me engano, foi de Olaria.

Maristela, por gentileza, foi de Olaria aquela conselheira que levou o menino para o colégio, ali? Ele morava no colégio, na estrada do colégio. Foi de Olaria, não é? A conselheira de Olaria? *(Pausa.)*

E ela levou o menino para casa. Só que ele negou que estava se prostituindo. Ele disse que estava passeando. A gente sabe que estava se prostituindo. Mas ele negou para a mãe e para a família. Ele estava só passeando, olhando as coisas ali. Meia-noite. Meia-noite. E é difícil.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Mas ele estava morando com a família e saía para passear à noite?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É. Isso, para passear à noite. Morando com a família. A mãe não sabia. A mãe ficou desesperada quando a gente falou... Eu mesma liguei. Eu fiz questão de ligar para a mãe e falar: *“Olha, teu filho está aqui no CA”*. *“Ah, mas ele saiu. Ele disse que ia estudar com os amigos”*. E saiu para a prostituição. Porque aí já é uma opção sexual daquele menino de 14 anos, 15 anos, que faz essa opção. Aí já não é o caso de dizer que essa criança é desaparecida. A opção sexual dele já se perdeu, e acha que fica fácil vender o corpo para ele ter o dinheirinho dele e as coisinhas dele. Também é difícil, quando a gente encontra uma menina na prostituição. Elas ameaçam a gente com gilete, com tudo, com navalha. Fala que vai se cortar, que vai fazer e vai acontecer. Então, é complicado.

Uma outra questão é que nós não temos... Vamos fazer o recolhimento dessas crianças e não temos para onde levar, porque o abrigo... Você vai para o abrigo? Bota no abrigo, ele passa a noite e no outro dia está na rua. Está na rua. Nós não temos um local em que a criança possa ficar ali estudando. Você vai ressocializar essa criança para colocar essa criança de novo no convívio da sociedade. Então, se coloca dentro de um abrigo, ela fica lá e depois vai embora. Ela pode ir e vir. A própria lei fala que ela não pode ficar ali presa. Então, é complicado, porque você tira da prostituição, ela volta; você tira, ela volta; você tira, ela volta. Então, aí vai ter que mudar muita coisa. E o primeiro passo é mudar aqui em Brasília. Mudar tudo. Mudar as leis.

Então, fica difícil para a gente, porque, se você tira a criança, bota ela no abrigo, você vai dar o que para essa criança? Vai dizer o que para ela? É a mesma coisa... Nós viemos aqui com o Secretário Municipal de Assistência Social, Fernando William. Nós estivemos em vários Ministérios aqui. Ele pedindo até verbas para montar mais CRAS. Eu falei para ele: *“Se sair essa verba do Governo Federal, você pode disponibilizar uma casa dessa para ser o atendimento à criança vítima de abuso sexual?”* Aí, ele falou: *“Olha, se der, nós vamos fazer”*. Por quê? Existe um projeto de lei meu aprovado e sancionado, que virou lei, mas que não é cumprido. É que há casa de acolhida a crianças vítimas de maus-tratos e abuso sexual. Porque, quando uma criança é abusada sexualmente, quando uma criança é maltratada, ela



tem que voltar para a casa do agressor. E o agressor está lá dentro de casa, não sai. Às vezes é o padrasto, é o pai, é o irmão, é o tio, é o avô. Ela tem que conviver com aquelas pessoas e não tem nenhum atendimento psicológico. Aí teria que ter um atendimento psicológico, com assistente social, fazer todo aquele encaminhamento, para essa criança poder voltar a estudar.

O caso do menino que foi sequestrado, ele não queria mais voltar para a escola, porque saiu na Rede Manchete, na época... Essa Rede TV. Saiu na Rede TV que ele tinha sido abusado. E aí ele ficou com vergonha de voltar ao convívio. Isso faz um mal tremendo para a criança. Então, nós precisávamos ter um local para essas crianças também serem tratadas. Acho que deveria, em cada Estado, ter um local desse.

Então, é complicada essa questão, porque nós não temos... O menino está se prostituindo, a menina está se prostituindo. Nós não temos onde colocar essas crianças. E às vezes, até, elas se prostituem com permissão do pai e da mãe, para comprar comida para a família. Às vezes os irmãos estão passando fome, a mãe está passando fome, e é uma maneira fácil de se arrumar dinheiro.

Eu fiquei horrorizada, porque essas crianças se prostituíam por 2 reais e ganhavam, por cada programa, 50 centavos. O que se faz? Compra-se um pãozinho? É um absurdo isso! O pior é que existe o mercado. O absurdo maior é que... Não entra na minha cabeça que um homem possa pegar uma criança e abusar dela sexualmente. É complicado. Colocar essa criança para se prostituir. Existe mercado.

O SR. DEPUTADO GERALDO THADEU - Vereadora, a Presidenta perguntou se existe uma questão na definição conceitual de o que é a criança desaparecida. Existe essa...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Não, a criança... Ela... É complicado isso também para mim (*riso*), porque eles dão assim... Vai lá... Ela sumiu. Se ela sumiu, ela está desaparecida. Se ela não foi sequestrada nem raptada, não deram nem como sequestro nem como rapto, essa criança está desaparecida, até ela aparecer. Então, depois eles colocam: "*Foi encontrada*". Quando a criança... "*Foi encontrada*." Aí vai botando (a própria FIA faz isso): "*Localizada*". "*Localizada*". Essa questão conceitual é muito complicada para a gente mesmo.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Ela é localizada, mas nós não sabemos por que ela saiu de casa, não é?

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É, nós não sabemos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu fiz outra pergunta, Vereadora: se foi possível recuperar crianças através do seu programa.

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Ah... Ah, muito. Olha, uma benção! Nós fizemos várias entrevistas também. Fomos na casa, quando a mãe consegue ter seu filho de volta. Nós fizemos até matéria mostrando para as pessoas que aquela criança foi encontrada. E a gente chorava muito, porque é uma coisa muito bonita quando a mãe consegue reencontrar o seu filho. Nesse caso, são crianças que fugiram mesmo de casa, que se perderam. Olha só, eles adoram botar aquela camisa do Colégio Municipal, não pagar passagem, pegar o ônibus... Moram lá na zona oeste e vêm para a zona sul. Querem passear e acabam se perdendo. Saem num grupinho, o grupo se dispersa, e elas se perdem. Então, nós conseguimos localizar várias crianças, sim, e foi muito bom. É gratificante para a gente, quando conseguimos ajudar alguém. É uma coisa muito boa.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu quero agradecer, Vereadora...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Posso... Uma pequena palavra?

Olha, tem uma experiência na minha família, por exemplo. Uma menina, filha de uma prima, desapareceu de casa. Desapareceu, e a família ficou desesperada e foi atrás da polícia. E cerca daqui, cerca dali. Não sei se por milagre ou não, acharam a menina. Era através de pessoas de seitas, que visitam cidades, que vão...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - Ah, eu também já tive notícia disso. Tem um caso de uma menina, que ela foi achada... E só acharam... Tiraram toda a pele. Isso nós temos... Isso aí já foi há muitos anos. Foram 2 meninas. Nós temos um relatório. Acho que foi em Petrópolis, se eu não me engano, que aconteceu isso. Duas meninas... Aí já estavam dizendo que era para seitas, assim, que...

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - Essa, por exemplo, é de uma seita que... Eu não vou falar o nome, mas, depois, se quiser...

A SRA. LILIAM SÁ DE PAULA - É, eu também não posso, porque...



O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - ...eu posso até falar...

A SRA. LILIAN SÁ DE PAULA - ...podem dizer que é perseguição religiosa.

O SR. DEPUTADO GERALDO PUDIM - É. E por milagre, talvez, acharam a menina, e a menina voltou. Quer dizer, eles fizeram uma lavagem cerebral nela e... de sair, de pregar, de tudo, e ela foi embora, desapareceu. Mas acho que agiram tão rápido que conseguiram localizá-la. Então, é mais uma...

A SRA. LILIAN SÁ DE PAULA - Mas não é folclore isso, não. Isso aí foi comprovado. Eles acharam só a pele da menina. Tiraram tudo. Então, ficaram muito, assim... Como aconteceu isso? Entendeu? Acho que foi em Petrópolis. Dois casos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Bel Mesquita) - Eu quero agradecer e, antes de terminar, quero colocar aqui em votação... Por solicitação do Deputado Geraldo Pudim, coloco em votação a transformação desta reunião em reunião reservada, nos termos do art. 48, § 1º, do Regimento Interno.

Solicito que permaneçam apenas os funcionários em serviço na Comissão e os Deputados, obviamente.

Esta reunião fica encerrada neste instante. E daremos uma nova forma a esta reunião em 10 minutos.

Obrigada.